

POVO LIVRE

PRIMEIRO-MINISTRO FOGE ÀS RESPONSABILIDADES

■ Perante os primeiros factos apurados pela Comissão de Inquérito sobre a gestão da TAP, António Costa “assobia para o lado” e esconde-se atrás da máquina de propaganda socialista

08 PARLAMENTO

PSD QUER SABER QUANTOS RECIBOS VERDES EXISTEM NO ESTADO

O PSD quer saber quantas pessoas trabalham para o Estado a recibos verdes, por escalões etários, e o rendimento médio dos jovens entre os 18 e 35 anos que estão nesta condição laboral em setores públicos

10 LOCAIS

PSD DO PORTO PRETENDE ACABAR COM ALOJAMENTO LOCAL FICTÍCIO

O PSD do Porto propôs que o novo regulamento do Alojamento Local (AL) inclua a criação de uma taxa anual para todas as licenças “cuja inatividade seja comprovada pela ausência de dormidas”

19 REGIONAIS

AUMENTO DA POPULAÇÃO EMPREGADA É UM EXCELENTE SINAL PARA A MADEIRA

Carlos Fernandes, deputado do PSD na Madeira, numa visita à empresa Noblepassión, destacou o facto de a Região ter atingido o valor mais elevado de sempre de população empregada



desTAPados

Há questões que urge António Costa responder



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

No momento em que escrevo este texto, Manuel Beja, presidente do Conselho de Administração da TAP demitido pelo Governo por “conveniência político-partidária”, está na Comissão de Inquérito Parlamentar à Tutela Política da Gestão da TAP a acrescentar novos e inacreditáveis episódios a uma novela que envergonha qualquer cidadão com sentido de ética e responsabilidade. Infelizmente, parece que só não envergonha o Partido Socialista, o Governo e, principalmente, o Primeiro-ministro, António Costa.

Começa a ser difícil acompanhar o evoluir deste enredo que, acredito, fará inveja ao mais criativo ficcionista.

Dispensando-me de resumir os episódios anteriores, houve, entretanto, o e-mail a pedir para alterar um voo da companhia para “satisfazer” o Presidente da República, sem que, da parte do Palácio de Belém, tivesse havido qualquer pedido; as mensagens de WhatsApp com indicações e deliberações que seriam mais normais encontrarmos num diário da República; contos e ditos, verdades de hoje que são incertezas amanhã e mentiras daqui a dois dias; enfim, uma total ingerência de pessoas impreparadas e lideradas por um Primeiro-Ministro que se esconde na sombra, sem se saber bem se por tentar defender a sua imagem ou por simplesmente já não ser capaz de gerir o que se passa à sua volta nem, tampouco, ser informado pelos seus ministros e secretários de estado acerca do que se passa na governação do país.

Há questões que urge António Costa responder: sabia da reunião secreta ocorrida entre membros do Governo, e Deputados socialistas com a CEO da TAP na véspera de uma audição parlamentar? Esta reunião serviu de

ensaio para a audição com o propósito de a condicionar? E perante as revelações de Manuel Beja, entende que os ministros das Finanças e das Infraestruturas têm condições para estar no Governo? As dúvidas são muitas, mas algo é certo. Nada disto é normal. Nada disto pode acontecer num país civilizado e democrático.

Num país normal, e com uma situação económica estável, acredito que há muito se teria tirado as ilações e o governo já não estaria em funções. Infelizmente, os condicionamentos externos dificultam, ainda mais, a resolução da gravíssima crise política que estamos a viver.

Se do Governo já sabemos que nada de bom virá, o que dizer do Presidente da Assembleia da República, que depois de ter sabido da dita reunião secreta com deputados do PS, nada disse para defender a Casa da Democracia, perpetuando, assim, a sua cumplicidade com a maioria da sua família política, colocando, mais uma vez o Partido à frente do País.

Quantas mais situações estranhas e anómalas teremos de viver até que esta maioria seja afastada da situação em que se encontra e possamos a ter novamente um país normal?

Podemos não ter a resposta a esta pergunta, mas certamente que a farsa deste governo foi com este conjunto de episódios, mais uma vez, desTAPada.

TAP

PRIMEIRO-MINISTRO FOGE ÀS RESPONSABILIDADES

Ministros moribundos nas teias do poder absoluto e um PM a vender os milhões do PRR

O Presidente do PSD considera que a resposta do Primeiro-Ministro sobre a TAP “não é habilidade, é fuga às responsabilidades”. Luís Montenegro reagia através da rede social Twitter à notícia de segunda-feira, 10 de abril, que dava conta de que o Primeiro-Ministro qualificava de “gravíssimo” o e-mail que o ex-secretário de Estado Hugo Mendes enviou à presidente executiva da TAP sobre o chefe de Estado e afirma que teria obrigado à sua demissão na hora.

“Só acha isto gravíssimo?? Então fazer reunião entre CEO, PS e Governo para preparar audição, ter ministro e ex-ministro a falar à verdade, ser o Governo a preparar as respostas da TAP, isso é tudo normal??”, questionou o líder do PSD.

Para Luís Montenegro, “isto não é habilidade, é fuga às responsabilidades”.



Isto não é habilidade, é fuga às responsabilidades”.

Luís Montenegro



Na terça-feira, 4 de abril, na comissão parlamentar de inquérito sobre a TAP, a CEO da TAP, Christine Ourmières-Widener, foi confrontada com uma troca de e-mails com o então secretário de Estado das Infraestruturas, Hugo Mendes, sobre uma eventual mudança de data de um voo que tinha como passageiro o chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa. Nesse e-mail que dirigiu à presidente executiva da TAP, o ex-secretário de Estado das Infraestruturas argumentava que era importante manter o apoio político de Marcelo Rebelo de Sousa, considerando que era o “principal aliado” do Governo, mas que poderia tornar-se o “pior pesadelo”.

No dia seguinte à audição, a Presidência da República afirmou, através de uma nota escrita, que nunca contactou a TAP nem nenhum membro do Governo para uma mudança de um voo de regresso de Moçambique em março de 2022.

Luís Montenegro acusou ainda António Costa de “assobiar para o lado” em relação à TAP e voltou a exigir “explicações e consequências” do Governo com “ministros moribundos nas teias do poder absoluto”.

“TAP: Ministros moribundos nas teias do poder absoluto e um PM a vender os milhões do PRR [Programa de Recuperação e Resiliência] conduzido pelos seus inefáveis publicitários”, escreveu dia 10, na rede social Twitter, o líder social-democrata.

Segundo Luís Montenegro, o Primeiro-Ministro “pode assobiar para o lado”, mas o PSD “exige explicações e consequências”.

Já no dia 5, o Presidente do PSD tinha exigido ao Primeiro-Ministro que prestasse esclarecimentos urgentes sobre os desenvolvimentos na comissão de inquérito à TAP, e considerou que os ministros das Fi-

nanças, Infraestruturas e Assuntos Parlamentares estão “moribundos e diminuídos politicamente”.

“Os portugueses merecem e exigem com urgência uma posição pública do primeiro-ministro face a estes acontecimentos na TAP”, afirmou Luís Montenegro, numa declaração na sede do PSD, no Porto.

“De que tem medo o doutor António Costa para prestar esses esclarecimentos ao país?”, questionou.

O líder do PSD vincava que António Costa tinha obrigação de dar explicações ao país, porque governar é assumir responsabilidade e não sacudi-las para outros. “Dr. António Costa não se esconda atrás dos 50 assessores e especialistas de comunicação que lhe dizem para nunca falar da TAP”, insistiu Luís Montenegro.



”

De que tem medo António Costa para prestar esclarecimentos ao país

Luís Montenegro



PSD QUESTIONA GOVERNO CONTRATAÇÃO DE PRIVA FISCALIZAR PREÇOS DOS

Em causa está um anúncio feito pela ministra da Agricultura

O PSD questionou o Governo sobre a contratação de empresas privadas para fiscalizar preços dos alimentos, querendo saber se não existem no Estado “recursos humanos suficientes, aptos ou competentes” para assegurar esta fiscalização.

Numa pergunta dirigida à ministra da Presidência, o grupo parlamentar do PSD questiona “qual a justificação para que não sejam trabalhadores da Administração Pública a executar as funções de fiscalização da evolução dos preços dos produtos alimentares”.

“Não existem, quer junto das diferentes autoridades inspetivas, quer junto do gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura e da Alimentação, recursos humanos suficientes, aptos ou competentes para assegurar as funções de fiscalização da evolução dos preços dos produtos alimentares?”, interrogam os deputados sociais-democratas.

Em causa está o anúncio feito pela ministra da Agricultura, de que o Governo lançou um concurso público internacional para “contratar uma entidade que vai referenciar os preços ao consumidor dos últimos três anos e que vai atualizar a todo o tempo esses mesmos dados”.

Os deputados da bancada social-democrata consideram “incompreensível que o Governo tenha recorrido a um ‘outsourcing’, quando, simultaneamente, batem-se todos os recordes de números de funcionários públicos, que já vão em mais de 742.000, e quando há mais de um ano foi criado um Observatório de Preços, que tem, precisamente, por missão a monitorização e análise da formação dos preços, verificando os mesmos junto do consumidor”.

O Grupo Parlamentar do PSD diz não entender porque é que o Governo não recorre aos trabalhadores do Estado, nomeadamente, “à capacidade inspetiva dos seus diversos serviços de fiscalização, para executar estas tarefas”.

“Até porque, o referido acordo, será acompanhado por uma comissão destinada a garantir que os compromissos são cumpridos, a qual é constituída, entre outras entidades, pela Autoridade da Concorrência, a Autoridade Tributária e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica”, argumentam os sociais-democratas.

Por outro lado, continuam no texto, o Observatório de Preços “tem por missão a avaliação dos impactos da conjuntura de mercado nos pre-



NO SOBRE DOS PARA S ALIMENTOS



ços ao nível do consumidor, sendo o apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento do mesmo assegurado pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura, o qual conta atualmente com 235 trabalhadores”.

“Para o PSD, esta opção para além das consequências em termos de custos, representa uma clara desvalorização e desconsideração lançada sobre os trabalhadores da Administração Pública, com a qual não podemos concordar”, acrescentam os deputados.

O Governo assinou contratos com a Euroteste e com a Consulai, no âmbito do Observatório de Preços, para obter informações sobre os preços para o consumidor, bem como a metodologia de análise da cadeia de valor.

O Observatório de Preços “Nacional é Sustentável” tem por objetivo acompanhar os custos e preços ao longo da cadeia de abastecimento agroalimentar.

PSD QUER SABER QUANTOS RECIBOS VERDES EXISTEM NO ESTADO

O PSD quer saber quantas pessoas trabalham para o Estado a recibos verdes, por escalões etários, e o rendimento médio dos jovens entre os 18 e 35 anos que estão nesta condição laboral em setores públicos.



Num requerimento assinado pelo vice-presidente da bancada do PSD e líder da Juventude Social Democrata (JSD), Alexandre Poço, os social-democratas pedem à ministra da Presidência o número de prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado, bem como no setor empresarial público, por escalões etários.

Os sociais-democratas querem ainda saber qual o rendimento médio dos jovens entre os 18 e 35 anos que estão em regime de prestação de serviços, quer em entidades da administração direta e indireta do Estado, quer no setor empresarial do Estado”.

No requerimento, os deputados citam dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), segundo as quais “em 30 de junho de 2022 existiam 17.274 prestações de serviços (vulgo recibos verdes) em entidades da Administração Pública, o valor mais elevado desde que há registo”.

“Em declarações à imprensa, o Ministério da Presidência afirmou que o Governo deseja que a ‘externalização dos serviços seja residual e excepcional’. Contudo, o que deveria ser exceção tem, cada vez mais, se tornado regra: em sete anos de governação socialista, o número de trabalhadores a recibos verdes aumentou cerca de 14% na Administração Pública”, sustentam.

Os sociais-democratas alertam que as gerações mais novas são as mais afetadas pela precariedade, sustentando que, “em 2021, a proporção de vínculos não permanentes entre os jovens portugueses era superior à média europeia”.

“Deste modo, importa conhecer a estrutura etária da distribuição do número de pessoas em prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado e no setor empresarial do Estado”, lê-se no requerimento.

SERVIÇO DE URGÊNCIA BÁSICA DA MARINHA GRANDE

DISTRITAL DE LEIRIA ACUSA DEPUTADOS DO PS DE NÃO ESTAREM AO LADO DAS PESSOAS

A Comissão Política Distrital de Leiria do PSD, após ter reunido no dia 3 de abril, vem lamentar que os deputados eleitos à Assembleia da República pelo Partido Socialista (PS), pelo círculo de Leiria, insistam em abandonar o distrito de Leiria e os leirienses.

Mais uma vez, os deputados eleitos à Assembleia da República pelo PSD, pelo círculo de Leiria, apresentaram um projeto de resolução que visava contribuir para a melhoria do estado da saúde no distrito de Leiria.

Os deputados do PSD entregaram na Assembleia da República um projeto de resolução que propunha a criação de um Serviço de Urgência Básica na Marinha Grande, onde atualmente os serviços de saúde prestados aos utentes se encontram profundamente deficitários.

Acontece que o referido projeto de resolução foi rejeitado com os votos contra dos deputados do PS, que, recorde-se, tem maioria absoluta na Assembleia da República.

Segundo a estrutura liderada por Hugo Oliveira, esta constitui “uma proposta que o PSD tem defendido em vários fóruns e momentos, por

acreditar que os cidadãos da Marinha Grande merecem e necessitam de ter acesso a melhores cuidados e serviços de saúde”.

“Já não é novidade testemunhar que os deputados do PS estão constantemente de costas voltadas para Leiria e para os Leirienses, opondo-se sistematicamente a propostas que visem o melhor para o território e suas gentes, mas é sempre de lamentar que, num tema tão sensível como é a saúde, insistam em não estar ao lado das pessoas”, lamentam.

Recorde-se que o PSD tem tido uma postura construtiva, tendo já apresentado diversos projetos de resolução nos mais variados temas, designadamente na área da saúde, que têm sido sistemática e irresponsavelmente reprovados pelo PS.





PSD DO PORTO PRETENDE ACABAR COM ALOJAMENTO LOCAL FICTÍCIO

O PSD do Porto propôs que o novo regulamento do Alojamento Local (AL) inclua a criação de uma taxa anual para todas as licenças “cuja inatividade seja comprovada pela ausência de dormidas”, por forma a combater as “licenças-fantasma”.

O novo regulamento para o AL do Porto, que estabelece “áreas de contenção” nas freguesias com maior pressão urbanística e “áreas de crescimento sustentável” nas freguesias com menor pressão, esteve em discussão pública até 04 de abril e será apresentado ainda este mês.

No contributo à consulta pública, a Comissão Política de Secção do PSD do Porto considera “muito positiva a metodologia usada” para suportar o novo regulamento, assim como a métrica que caracteriza a pressão do AL na cidade.

“Consideramos que o projeto de regulamento apresentado pode garantir o equilíbrio entre a população e o dinamismo económico, tão importante para a cidade do Porto”, lê-se no documento.

Defendendo que cabe aos municípios regular o AL, “sem qualquer tutela nacional, política ou ideológica”, a Concelhia do PSD/Porto apresenta três “reflexões”, entre as quais, a criação de uma taxa que seja aplica-

da anualmente a todas as licenças “cuja inatividade seja comprovada pela ausência de dormidas e, consequentemente, não pagamento da Taxa Municipal Turística”.

“A criação de uma taxa municipal direcionada às licenças que não estão em utilização serviria de desincentivo e ajudaria a ultrapassar os constrangimentos legais existentes nesta matéria”, refere a concelhia, liderada por Alberto Machado, que é também vereador na Câmara do Porto.

A par da criação da taxa, o PSD do Porto sugere a reavaliação dos critérios de licenciamento de novas unidades hoteleiras, tendo por base um “estudo de análise da oferta”, no sentido de serem avaliadas zonas de contenção para este tipo de estabelecimentos.

A terceira “reflexão” dos social-democratas prende-se com a clarificação do conceito de freguesia.

“Entendemos prudente classificar o conceito, com eventual remissão aos territórios das freguesias



preexistentes à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, de 2013”, acrescenta.

A Concelhia do PSD do Porto salienta ainda que, nesta matéria, o município tem “a obrigação de ter um olhar atento sobre a dinâmica do número de licenças de AL”, em particular, no centro histórico, mas que “não pode deixar de continuar a aproveitar o dinamismo económico da reabilitação urbana para melhorar” o património.

O Regulamento Municipal para o Crescimento Sustentável do Alojamento Local diferencia as duas áreas tendo por base o número de fogos disponíveis para habitação permanente ou arrendamento de longa duração e os estabelecimentos disponíveis para AL.

Os territórios que apresentem um rácio de pressão igual ou superior a 15% são considerados “áreas de contenção”, enquanto os territórios com um rácio de pressão inferior a 15% são considerados “áreas de crescimento sustentável”.

O regulamento determina como áreas de contenção as freguesias da Vitória (onde o rácio é de 60,5%), São Nicolau (48,3%), Sé (44,1%), Santo Ildefonso (38,3%) e Miragaia (21,8%).

No centro histórico do Porto, só a freguesia de Cedofeita é considerada “área de crescimento sustentável” no regulamento. Nesta freguesia, o rácio entre o número de AL e fogos de habitação permanente ou arrendamento de longa duração é de 9,8%.

As “áreas de crescimento sustentável” incluem também as freguesias de Aldoar (0,3%), Bonfim (8,1%), Campanhã (1%), Foz do Douro (2,6%), Lordelo do Ouro (1,1%), Massarelos (7,1%), Paranhos (1%), Nevogilde (1%) e Ramalde (0,6%).

Os novos registos de AL na cidade foram suspensos por mais seis meses ou até à entrada em vigor do novo regulamento, proposta que foi aprovada por maioria no executivo e na Assembleia Municipal do Porto.



LISBOA APROVA CONTRATOS DE 10,2 MILHÕES DE EUROS PARA HIGIENE URBANA NAS 24 FREGUESIAS

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou os contratos interadministrativos de cooperação e de delegação de competências ao nível da higiene urbana com as 24 freguesias da cidade, atribuindo um apoio total de 10,258 milhões de euros para este ano.

À semelhança do que aconteceu no ano transato, o executivo municipal viabilizou a celebração de contratos interadministrativos de cooperação ao nível da higiene urbana, em que as verbas a atribuir às freguesias têm em conta os dados de pressão turística, prevendo um apoio financeiro de 7,858 milhões de euros.

Também em linha com a proposta aprovada em 2022, a câmara aprovou os contratos de delegação de competências nesta área, com a atribuição de 100 mil euros a cada uma das 24 freguesias da cidade, totalizando 2,4 milhões de euros para este ano, medida que deve manter-se até 2025.

“A retoma das atividades ligadas ao setor turístico que neste momento se verifica na cidade de Lisboa, e considerando, ainda, que os anos de 2020, 2021 e 2022 foram anos atípicos devido à situação pandémica e conjuntura internacional, não se procedeu à atualização dos dados do referido estudo, mas considera-

-se fundamentada a continuação da atividade objeto dos contratos em causa”, lê-se na proposta, que refere que o prazo de vigência dos novos contratos interadministrativos é até 31 de dezembro deste ano e que tal “implica um incremento das rotinas de limpeza urbana, designadamente despejo de papeleiras e varredura de vias”.

Os contratos interadministrativos entre o município e as 24 freguesias pretendem “garantir uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana, com incidência na limpeza das vias e espaços público da freguesia, envolvendo uma participação de um apoio financeiro”.

Relativamente ao apoio financeiro no total de 7,858 milhões de euros para este ano, segundo a proposta, a freguesia que recebe maior verba é Santa Maria Maior, com 1,392 milhões de euros, seguindo-se Santo António, com 965 mil euros, e



Das 24 freguesias lisboetas, há nove que recebem 120 mil euros

Misericórdia, com 955 mil euros, o que corresponde aos territórios do centro histórico de Lisboa, em que a pressão turística é superior.

Outras das freguesias a receberem um apoio considerável são Arroios (815 mil euros), São Vicente (490 mil euros), Belém (356 mil euros), Avenidas Novas (355 mil euros), Estrela (310 mil euros), Parque das Nações (234 mil euros), Alvalade (166 mil euros), Campo de Ourique (160 mil euros), Olivais (160 mil euros), Alcântara (150 mil euros), Penha de França (140 mil euros) e São Domingos de Benfica (130 mil euros).

Das 24 freguesias lisboetas, há nove que recebem 120 mil euros cada, nomeadamente Ajuda, Areeiro, Beato, Benfica, Campolide, Carnide, Lumiar, Marvila e Santa Clara.

Em comunicado, a Câmara de Lisboa anunciou a transferência de mais de 15 milhões de euros para as juntas de freguesia no âmbito

da higiene urbana, incluindo nesta soma as verbas para 2024 e 2025 previstas nos contratos de delegação de competências, com 2,4 milhões de euros para cada ano.

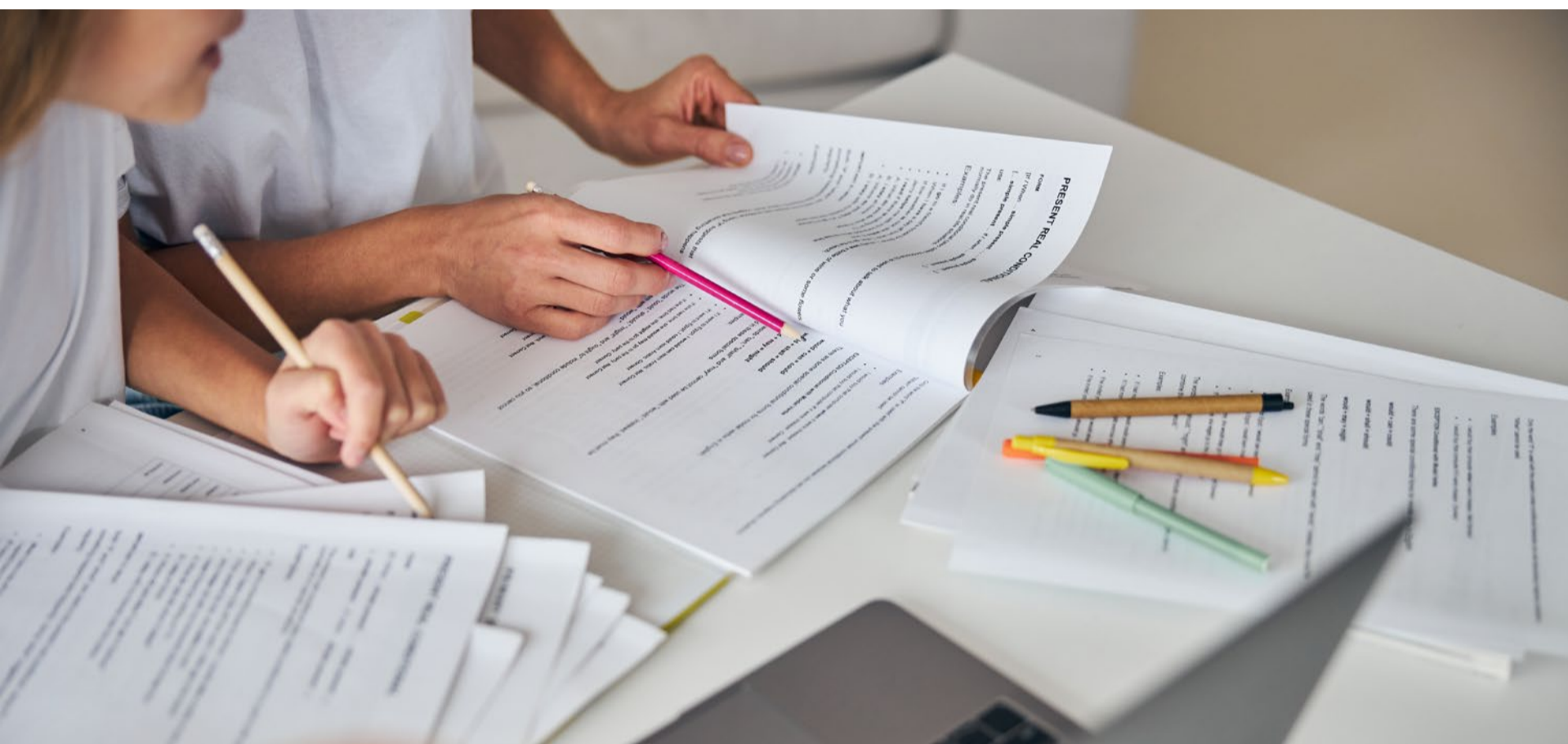
Na higiene urbana, as juntas de freguesia têm a responsabilidade de eliminar ervas dos passeios (deservagem), lavar e varrer ruas, recolher papeleiras, limpar sarjetas e sumidouros, recolher lixo em redor de ecopontos, limpar dejetos caninos e apoiar em diversos eventos.

“As juntas de freguesia estão na primeira linha de contacto com os lisboetas verificando as necessidades imediatas dos seus territórios. Neste sentido, existem aspetos específicos no setor da higiene urbana, em especial, a necessidade de recolha de resíduos que exigem intervenção célere e eficaz, e cuja execução pelas freguesias serão alcançados de forma mais rápida e eficaz”, referiu a câmara.

O município tem de assegurar a recolha de resíduos de contentores (indiferenciados, papel, vidro, embalagens e orgânicos) e porta a porta; lavagem de contentores de uso coletivo e de resíduos orgânicos; recolha de caixotes dos prédios; remoção de objetos volumosos (monstros); desinfestação e controlo de pragas; colocação, substituição e manutenção de contentores, ecopontos e vidrões; remoção de resíduos dos ecopontos e vidrões; remoção de resíduos de construção e demolição até 1 m³ e recolha de resíduos de jardins de particulares.

CÂMARA DO FUNCHAL REVÊ REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE MANUAIS E MATERIAL ESCOLAR

A Câmara Municipal do Funchal vai rever três regulamentos municipais, entre os quais o de atribuição de manuais e material escolar no ensino básico, revelou o Presidente do município, Pedro Calado.



Em declarações aos jornalistas após a reunião semanal da Câmara do Funchal, dia 5, o autarca salientou que o objetivo é melhorar este regulamento para que possa “chegar a mais famílias carenciadas”.

Pedro Calado destacou ainda que o regulamento do apoio à comparticipação de medicamentos que “era tão, mas tão aberto”, que alguns munícipes gastavam o dinheiro em artigos nas farmácias, mas que não eram medicamentos.

A autarquia funchalense aprovou também dar início à revisão do Programa Municipal de Apoio à Conservação, Reparação e Beneficiação de Habitações Degradadas de Agregados Familiares Carenciados.

O município pretende ajudar mais pessoas “que são hoje proprietárias de edifícios, que tenham edifícios em estado de degradação e que tenham necessidade de obras”.

O Presidente da Câmara do Funchal, a principal da região, adiantou também que vai rever o Regulamento de Bolsas de Mérito e de Valor para “incentivar os estudantes do ensino superior a que tenham mais rendimento, criando uma bolsas de mérito e valor em função das notas que tenham”.

A Câmara Municipal do Funchal é composta por seis vereadores da coligação PSD/CDS-PP e cinco da coligação Confiança (PS/BE/PAN/MPT/PDR).

GOVERNO DOS AÇORES PRETENDE AGILIZAR PRR

O Presidente do Governo dos Açores comprometeu-se “fazer de tudo” para evitar “atrasos” na implementação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), defendendo que a União Europeia tem de compreender a “necessidade de reprogramação” do programa.

“Estamos a fazer tudo por tudo para que não haja atrasos, nem sequer desistência de marcos e metas. Obviamente que os contingentes internacionais têm provocado aumentos de preços e, com isso, dificuldade de [concretizar] projetos fundados em determinados pressupostos que hoje estão alterados”, declarou José Manuel Bolieiro.

O Presidente do Governo Regional falava, no dia 6 de abril, à margem do XV Curso de Preparadores de Animais, na Associação Agrícola de São Miguel, na Ribeira Grande.

Em 28 de março, a Presidente da Comissão Especializada de Acompanhamento do PRR do Conselho Económico e Social dos Açores alertou que o PRR/Açores regista “um não cumprimento de um marco e metas do grupo A, que garantem o pagamento dos pedidos de reembolso por parte da Comissão Europeia”.

Em causa está a construção do Tecnopolo Martec, uma vez que “o contrato de adjudicação da empreitada já devia ter sido celebrado”

no último trimestre de 2022, mas o concurso público ficou deserto, de acordo com Alexandra Bragança.

José Manuel Bolieiro insistiu que o Governo Regional está a “fazer de tudo” para “minimizar os impactos de qualquer atraso ou incumprimento” do PRR e prometeu “boas notícias” que vão ser anunciadas a “seu tempo”.

O líder do executivo dos Açores lembrou que o Governo Regional esteve a negociar com a República a reprogramação do programa.

“A própria União Europeia tem de entender a necessidade da reprogramação, que esteve em curso, até mesmo com um aumento do envelope financeiro, para que o país e os Açores possam beneficiar com gestão e capacidade própria”, assinalou.

Em 29 de abril, o secretário das Finanças do Governo dos Açores afirmou que a falha no cumprimento de uma meta do PRR não vai afetar a transferência de verbas para a região.

No âmbito do PRR, foram alocados aos Açores 580 milhões de euros para gestão da região, ficando outros 117 dedicados a organizações açorianas em candidaturas a avisos nacionais.

Em março, foi anunciado um reforço de 64 milhões de euros para o PRR dos Açores. A esse valor, juntam-se 16 milhões dedicados às organizações da região no âmbito de programas nacionais.

A região dispõe também de 31 milhões de euros canalizados do programa REPowerEU (destinado à transição energética), a que se juntam outros oito milhões disponíveis para as organizações da região em avisos nacionais.



AVANÇA REESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS DE SÃO JORGE

Paulo Silveira, deputado do PSD dos Açores, enalteceu, dia 6, o compromisso assumido pelo Governo Regional de “avançar com a reestruturação do Centro de Processamento de Resíduos na ilha de São Jorge, cujo concurso público para a empreitada foi publicado em Jornal Oficial, com um valor base de 543 mil euros”, avançou.

Segundo o social-democrata, “e à semelhança do que já aconteceu noutras ilhas, São Jorge também vai beneficiar de uma estrutura capaz de tratar de compostagem da recolha seletiva de orgânicos, assente numa política que aposta na valorização dos resíduos da ilha”.

Paulo Silveira destaca que os cuidados ambientais são “uma prioridade do atual Governo Regional, e isso reflete-se em medidas como o aumento significativo do montante afetado ao programa “Eco-freguesia, Freguesia limpa”, o Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA

20+), ou o Plano de Ação da Reserva da Biosfera das Fajãs”.

O deputado eleito por São Jorge destaca que “este é um investimento público, mas a sua boa implementação deve contar com o envolvimento da comunidade, através de ações de sensibilização ambiental junto da população, da vigilância e da inspeção ambiental”.

Trata-se de um investimento da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, com um prazo de execução de cerca de quatro meses, que será financiado a 100% ao abrigo do Projeto REACT-EU.



PSD QUER CLARIFICAR APOSENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DOS MATADOUROS

Paulo Moniz, deputado à Assembleia da República, anunciou a apresentação de um projeto de lei do PSD que visa “clarificar o regime específico de acesso à reforma” dos trabalhadores dos Matadouros dos Açores, possibilitando a aposentação antecipada sem penalizações.

“O projeto de lei que o grupo parlamentar PSD apresenta pretende que todos os trabalhadores dos matadouros públicos dos Açores e da Madeira tenham acesso à reforma antecipada aos 55 anos, sem qualquer tipo de penalização, isto devido ao desgaste rápido e às especificidades em que desenvolvem a sua atividade profissional”, afirmou.

Paulo Moniz lembrou que, em Orçamentos do Estado de anos anteriores, foi consagrado o direito de os trabalhadores dos matadouros públicos das Regiões Autónomas requererem antecipadamente a aposentação, “mas sem nunca ter sido legislado que o podiam fazer sem sofrer cortes na sua pensão”.

“A iniciativa dos deputados do PSD da Madeira e dos Açores, garante assim, que não se aplicará o chamado fator de sustentabilidade no cálculo destas pensões, que era o que sucedia até agora por parte dos serviços da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social sempre que estes eram questionados por trabalhadores dos matadouros

públicos dos dois arquipélagos”, explicou.

Segundo o deputado açoriano, a iniciativa do PSD permite “concretizar uma justa aspiração dos trabalhadores dos matadouros dos Açores, cuja solução foi prometida – e nunca cumprida – durante muitos anos pelos governos socialistas da República e da Região”.



PSD DOS AÇORES APONTA ATRASO NA VIGILÂNCIA DE TRÁFEGO MARÍTIMO

A deputada do PSD dos Açores Salomé Matos aponta o atraso do Governo da República na instalação de sistema de monitorização e vigilância do tráfego marítimo no arquipélago, “uma vez que o concurso público foi lançado em 2020”.



De acordo com a parlamentar social-democrata, em requerimento entregue na Assembleia Legislativa dos Açores, “em janeiro de 2020, o Governo da República abriu um concurso visando a revisão e atualização do estudo para a implementação dos subsistemas de VTS (Vessel Traffic Service – serviço de tráfego de navios) da Região e respetiva integração no Continente”.

Facto é que desde essa altura até hoje, “se desconhece o desenvolvimento do processo da competência da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, autoridade nacional para a rede europeia de partilha de informação marítima”, indica.

“É através desta entidade que é assegurada a partilha de informação relacionada com a segurança, proteção e vigilância marítima, essenciais para a adequada conservação da

área marítima açoriana”, reforça.

Salomé Matos pretende saber assim se o projeto prevê a “instalação de torres VTS e de outras infraestruturas de apoio ao sistema distribuídas pelas várias ilhas do arquipélago, de modo a assegurar a sua funcionalidade e eficácia”.

A deputada eleita do Faial considera o serviço de tráfego de navios “fundamental, pois à semelhança do controlo de tráfego aéreo, reduz o risco de acidente, mitigando eventuais danos resultantes que prejudicam sobretudo o meio ambiente”.

Para Salomé Matos, este sistema “acrescenta outras respostas de indubitável valor, tais como o apoio a operações de busca e salvamento, partilha de informação com redes europeias, apoio a operações de combate à poluição marítima acidental”, entre outras.

A parlamentar social-democrata destaca a Região “pela sua localização geoestratégica, atlântica e imensidão de cobertura oceânica, cruzada por rotas marítimas internacionais de tráfego intenso e frequentes interseções junto a zonas costeiras”.

Acresce o facto de “apresentar inúmeras zonas de barras e aproximação a portos de utilização regular e intensa atividade, a par das crescentes preocupações de conservação da biodiversidade decorrentes das vastas áreas marinhas protegidas”, adianta.

A propósito, a deputada do PSD/Açores defende assim que o arquipélago “só beneficiaria se apetrechado de meios que possibilitem a supervisão e o controlo de tráfego marítimo nos respetivos espaços de soberania”, finaliza.

AUMENTO DA POPULAÇÃO EMPREGADA É UM EXCELENTE SINAL PARA A MADEIRA

Foi pela voz do deputado Carlos Fernandes que o Grupo Parlamentar do PSD da Madeira, numa visita à empresa Noblepassion, no Funchal, destacou o facto de a Região ter atingido o valor mais elevado de sempre de população empregada.



O aumento da população empregada é um excelente sinal, começou por declarar o parlamentar, que atestou que estes registos e esta tendência espelham o trabalho do Governo Regional que, após a crise pandémica, encetou uma política séria de recuperação e dinamização económica, “amiga das empresas e dos trabalhadores”.

Aliás, os empresários têm demonstrado uma maior confiança na economia regional, o que se deve à estabilidade e à previsibilidade políticas, bem como ao acompanhamento do Executivo, mesmo com as consequências da guerra na Europa.

Por outro lado, Carlos Fernandes destacou que há “mais de 123.000 pessoas empregadas, o melhor número de sempre no que diz respeito à população trabalhadora desde que há registos” o que significa que, na Madeira, se estão a criar postos de trabalho e os trabalhadores se sentem valorizados. Aliás, neste âmbito,

o deputado deu como exemplo o aumento do salário mínimo regional em 8,6%, comparativamente ao ano anterior.

A Região alcançou, efetivamente, excelentes números no que diz respeito à empregabilidade e ao desemprego registado, ilustrado pelo facto de “em fevereiro, estarem inscritas 9801 pessoas no Instituto de Emprego, o valor mais baixo dos últimos 15 anos” acrescentou o social-democrata.

A Madeira, em comparação com fevereiro de 2022, é a região do país em que se deu a maior redução do número de desempregados, com menos 32,1%, sendo a média nacional de 8,3%. É uma redução histórica que evidencia que a política aplicada se traduz numa efetiva criação de novos postos de trabalho e no aumento da população empregada para “números nunca antes atingidos”, finalizou o deputado do PSD.



GOVERNO DA MADEIRA ADQUIRE NOVE AMBULÂNCIAS

A Madeira vai adquirir nove ambulâncias de socorro pelo preço de 683 mil euros, revelou o Governo Regional (PSD/CDS-PP), precisando que, a esta verba, acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.

A medida foi tomada na reunião do Conselho do Governo Regional, presidido pelo social-democrata Miguel Albuquerque, que decorreu no Funchal, dia 5 de abril.

Em comunicado, o executivo esclarece que o fornecimento de nove ambulâncias de socorro Tipo-B foi adjudicado à proposta apresentada pela empresa Auto Ribeiro.

Entre outras deliberações, o Governo madeirense decidiu celebrar um acordo de transação entre a região autónoma e o CELFF – Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, empresa concessionária da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira (EPHTM).

O acordo, homologado por um tribunal arbitral em 16 de dezembro de 2020, é referente ao “direito à reposição do equilíbrio financeiro da concessão”, no âmbito do contrato de concessão de exploração da EPHTM, mas o executivo não menciona a verba em causa.

Na reunião, o Governo Regional decidiu renovar por um ano o contrato de arrendamento entre o Serviço de Saúde da Região Autónoma e a Santa Casa da Misericórdia do Funchal relativo ao imóvel onde funciona o Centro de Saúde do Porto Moniz, na costa norte da ilha da Madeira, fixando a renda em 1.659,54 euros mensais.

Situação e perspectivas do Ensino Superior no Algarve

• Conferência de Imprensa da CPD de Faro

Na passada quinta-feira, a Comissão Política Distrital de Faro do PSD promoveu uma conferência, subordinada ao tema em epígrafe, durante a qual o respectivo presidente, José Vitorino, fez a seguinte intervenção:

Praticamente desde 1974 o PSD no Algarve tem vindo a lutar e a acompanhar de forma permanente pela conquista e concretização do Ensino Superior no Algarve assente em três eixos essenciais:

- Universidade do Algarve
- Instituto Superior Politécnico
- Centros de Apoio ao Ensino Universitário

E naturalmente que esta nossa luta assenta na necessidade de garantir a investigação e formação bem como que o máximo de alunos que aqui tirem os seus cursos, o que facilitará a sua filiação e torna mais económicos os encargos dos encarregados de educação. Só assim um Algarve que não tem disposto até agora dos meios humanos indispensáveis ao seu desenvolvimento poderá no futuro proporcionar bem-estar aos que aqui vivem e explorar devidamente as suas potencialidades.

Alguns acusam-nos de apenas fazermos promessas eleitorais para caçar votos, esquecendo-se de seguida dos cidadãos. Mas carecem de fundamento tais acusações, e se é certo que alguns o dizem pela vontade forte para que tudo avance, outros fazem-no de má-fé. Mas a Distrital de Faro do PSD é coerente consigo própria, e não faz política de pessoas ou de grupos e por isso luta permanentemente pelas grandes causas e princípios que hão-de engrandecer o nosso Algarve. Por vezes nem tudo se concretiza com a rapidez que desejáramos, mas tem que se ter em conta que os meios disponíveis não são ilimitados. De qualquer modo não desistimos.

E no caso do Ensino Superior podemos dizer com manifesto orgulho que através do Governo de que o PSD faz parte:

1. Fizemos nascer e fomos pôr a funcionar o Conselho de Faro do Algarve;
2. Vamos criar o Instituto Superior Politécnico;
3. Garantimos um sólido apoio ao Ensino Universitário.

Universidade do Algarve

São perfeitamente conhecidas as dificuldades políticas postas à aprovação do projecto de Lei que o PSD apresentou na Assembleia da República, bem como os entraves posteriores. Contudo, é importante salientar que desde 1980, altura em que o PSD assumiu o poder integrado na AD, a evolução tem sido perfeitamente normal. Deste modo, em 1980 finalmente conseguiram-se instalações provisórias para a Comissão Instaladora.

Em 1981 iniciou-se o processo de recrutamento do pessoal administrativo indispensável, tendo a Comissão Instaladora apresentado nesse ano o plano quanto à Universidade. Ainda em 1981 esse plano foi aprovado na generalidade pelo sr. ministro da Educação, professor Vítor Crespo.

Em 1982 vai entrar-se numa fase decisiva no que respeita à aquisição de instalações provisórias mais espaçosas, bem como o estudo do projecto às instalações definitivas, o que actualmente está em curso.

Quanto às actividades universitárias, como sempre dissemos, elas vão revestir-se de uma tripla dimensão: ensino, investigação e serviço à comunidade.

Face ao exposto a acção prioritária irá ser de preparação e formação de professores bem como a elaboração geral por parte da Comissão Instaladora de planos de cursos de divulgação, reciclagem e pós-graduação, especialmente nos domínios de gestão de empresas; hortofruticultura e biologia marítima e pescas, de modo a iniciá-los o mais rápido possível, segundo um faseamento adequado.

Saliente-se ainda pelo seu elevado interesse a realização durante o corrente mês de um colóquio sobre o papel da Universidade no processo de regionalização bem como de um Seminário no Verão, intitulado "Portugal Mediterrânico", e que

é destinado a emigrantes portugueses e luso-descendentes com formação universitária. O mesmo terá a duração de 15 dias, decorrerá de 1 a 14 de Julho e será subsidiado pela Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas, à semelhança do que acontecerá com outras instituições universitárias. Aí se tratarão as perspectivas histórico-culturais do Algarve no contexto nacional bem como as nossas potencialidades económicas.

Tem-se assim, que se é certo que a nível do País se vive um momento de austeridade, a Universidade do Algarve vai avançando dentro do que é pedagogicamente aconselhável e normal face às condições gerais.

Instituto Superior Politécnico

Como se sabe, esta instituição visa sobretudo formar professores e técnicos de nível superior nos domínios da tecnologia industrial e alimentar, através de cursos de carácter essencialmente prático assente nas bases teóricas necessárias, e o PSD de Faro acha-o de grande interesse.

Pode dividir-se o projecto em três grupos: Escola Superior de Educação, Escola Superior Técnica e Bloco Central.

1) As instalações da Escola Superior da Educação, destinam-se a aulas normais e laboratórios, nos campos da educação física, ciências, música e drama e artes e ofícios. Compreendem ainda um centro de documentação e informação, um centro de recursos educacionais, e um anfiteatro, e uma zona de convívio para a associação dos estudantes, e espaços para a gestão e administração da escola.

2) A Escola Superior Técnica dispõe de espaços destinados essencialmente a aulas e laboratórios onde será versado o ensino de matérias de cursos que vão desde a electricidade industrial e equipamentos térmicos, à construção civil, processamento de pescado, gestão e administração e aprendizagem de línguas; dispõe ainda de um anfiteatro, de uma sala de conferências, de convívio e associação de alunos, e de espaços para gestão e administração da escola.

3) Quanto ao Bloco Central, prevê um refeitório com cerca de 500 lugares, espaços para a gestão e administração do complexo escolar, e para convívio.

O conjunto do Instituto Politécnico de Faro atinge cerca de 14.200 m² e considerando os estacionamento e zonas pavimentadas e ajardinadas exteriores, a ocupação total é de 4 hectares.

Prevê-se que com os cursos que estão programados para funcionarem em horários nocturnos o Instituto venha a ser frequentado por cerca de 1.180 alunos, sendo o pessoal de gestão, administração, técnico e auxiliar de cerca de 100 pessoas.

E na linha do que afirmé atrás, este projecto vai mesmo ser concretizado, estando nós em condições de dizer que tendo-se apresentado 20 propostas, até ao dia 24 de Março quando foram abertas. A adjudicação da obra será feita até final do corrente mês, mas como a obra é também financiada pelo Banco Mundial, terá que ser posteriormente submetida à sua apreciação.

O custo da obra será orçado em cerca de 500.000 contos, no respeitante à parte da construção civil e equipamento pesado. Não está portanto aqui incluído o equipamento escolar e o mobiliário. Quanto à Comissão Instaladora do Instituto, será nomeada também a curto prazo.

Centros de Apoio ao Ensino Superior

Aspecto de grande importância considerando a distância e a dificuldade em que os trabalhadores se valorizam e tirem os seus cursos e que sempre merecem a maior atenção dos representantes políticos do PSD do Algarve.

Também aqui, e se é certo que nem tudo está ainda resolvido da forma óptima, a partir de 1980 o apoio tem sido efectivo. Em 1980, pela primeira vez, procedeu-se a uma repartição harmónica das verbas pelos diversos cursos e verificou-se um aumento substancial, tendo atingido os 4.000 contos. Em 1981 a verba subiu para 6.500 contos e para 1982 a verba é de 7.800 contos. Estas importâncias fazem parte dos orçamentos das Faculdades de Letras, Direito e ISCTE.

FLAGRANTES

"Oficialistas" e "críticos" são palavras que entraram no domínio da exploração política, pelos comentadores e analistas de pacotilha dos nossos meios de comunicação social. Sobretudo, em certa imprensa, que vive e sobrevive à custa dos fenómenos políticos que cria, fomenta e especula, nos planos da intriga baixa, rasteira e fácil. Porque lhes falta grandeza de espírito para analisar e julgar com rectidão, isenção e independência, forjam intenções, adiantam hipóteses, distorcendo a verdade, enrodilhando os factos.

Tudo quanto possa arranhar a sensibilidade dos seus consumidores, espicaçar a curiosidade doentia dos seus leitores, botam na imprensa em "caixa alta".

O sensacionalismo é o molho caricatural e azedado dos seus escritos, das suas ideias, dos seus juízos.

Dizer hoje para negar amanhã, afirmar agora para provocar um desmentido depois, avançar notícias de manhã que à tarde são contraditadas, são processos condenáveis a preencher grande parte dos nossos jornais, e de tal modo, que vão perdendo, muitos deles, a credibilidade que a letra de forma possuía.

Por isso, os menos prevenidos, os dotados de boa fé, os de credibilidade fácil, vêm sofrendo decepções contínuas, desilusões frustrantes no que lêem e ouvem agora para verificar, pouco depois, que a mensagem recebida não tinha fundamento e não era séria.

Com o tempo tudo se clarifica e a verdade vem ao de cima. O tempo tem aqui a grande virtude de podar a mentira, de secar a insidiosa, de fazer apodrecer a insinuação maldosa.

Sucedem, apenas, sendo tantos e vários os fenómenos criados pela imaginação política dos seus transmissores, que não sobra tempo para cotejar, aferir e separar o trigo limpo da erva ruim. Por isso, tudo vai no encurro da mesquinhez e as letras e papel gastos nem sequer merecem a utilidade de fazer embrulho.

O rodopio constante de falsas notícias, o ritmo apressado com que se inventam factos e fenómenos políticos, sobrepondo-se, entrozando-se, baralhando-se, formam uma pasta feita de nojo e desprezo.

Inventar contestações, fomentar divisões, promover dissidentes é uma preocupação de jornalistas sem estatura que passam o tempo pescando nas águas que turvaram.

O nosso Partido tem vindo a ser, segundo pensam, presa fácil na sua pesca.

Se numa distrital ou numa secção aparecem duas listas submetidas a sufrágio para a concretização dos elementos respectivas estruturas, logo aqueles, por tacanha maldade, começam de fazer coro cainho de que uma é

dos "críticos" e a outra dos "oficialistas".

Com o veneno dos sandios maisnam, deturpam, vilipendiam o processo eleitoral, rotulando aqueles que, no mais nobre dos actos democráticos, dão testemunho da vitalidade do Partido, dão expressão à sua dinâmica democrática, não exercício de um direito, no cumprimento de um dever de cidadania, de militância, de entusiasmo, de doação.

Nós compreendemos a razão da verriçosa intenção de rotular.

Trata-se do maior Partido Português e por isso ele terá que sofrer os ataques dos seus adversários políticos e dos seus inimigos, tocados por estrabismo político. Quando os ataques vêm de adversários que lhe são estranhos, que se situam fora da sua órbita, que estão fora do seu grémio, o Partido ganha coesão, força, unidade, grandeza. O Partido defende o seu reduto, o seu espaço, o seu projecto, com a coragem, o entusiasmo, a galhardia e o empenhamento que sempre se põem nas causas que tocam a sua própria existência.

Na luta leal, aberta, clara, séria, os adversários sempre ficam a perder.

Por isso os politiqueros vesgos procuram minar por dentro a força do PSD, enchendo o bojo fétido do cavalo de Troia. Confrontar, dividir, opor os militantes uns contra os outros para enfraquecer, para cortar amarras, para obstaculizar rumos. Para tanto, insinuam a existência de facções, de tendências, rotulando pessoas, ferrando grupos, marcando e sinetando oposições internas.

Dum lado os "críticos", do outro os "oficialistas", que se não sabe quem sejam, que projectos tenham, que preocupações os dominam, que objectivos prosigam. Uns e outros quantos são? Como se quantificam? Como se distinguem? Que caminhos andam, diferentes dos que o Partido traça, aplana e percorre, definidos pela sua estrutura hierarquizada, legítima e democrática?

Por isso, a consciência esclarecida dos filiados e militantes abjura a exploração vesga que certa imprensa vem fazendo dos rótulos enunciados. Indiferentes ao reles processo denunciado, os militantes continuarão a apresentar listas ao sufrágio para enriquecer, responsabilizar e vitalizar os quadros do nosso Partido, indiferentes à baixeza das intenções com que a irresponsabilidade de certos politiqueros pretende denegrir os actos eleitorais.

Eles não são democratas. Eles não são pessoas de pensamento escorreito e honesto. Atascados na sua tacanha continuidade rotulando, dizendo, escrevendo, mas... a caravana passa. O Partido, na sua coesão, na sua força, na sua militância, continuará, contra detractores, envenenadores e

Continua na pág. 5

aborto em questão

ausente do... comunidades... do Sul da... deputados do... pediram... debate público a... venho manifestar... concordância...

Sem pretender marcar uma posição de fundo, acrescentaria contudo e, desde já, que não basta exorcizar o aborto no texto do código penal, mas expressa real preocupação (a traduzir também na lei) pela vida dos nossos semelhantes — pela do feto e pela dos milhares de mulheres que,

com trágica frequência, se arriscam à margem das normas em intervenções clandestinas, por falta de apoio material e moral.

A única resposta que não releva da pura hipocrisia é a que põe o acento no planeamento familiar, por um lado, e por outro no progresso e bem-estar da família,

sem esquecer uma eficaz protecção à mãe solteira.

Qualquer lei é para ser interpretada com justiça e humanidade, num contexto vivencial autêntico, que não ignore ou escondam as verdadeiras razões dos actos que, em abstracto, todos condenamos.

Maria Manuela Aguiar

ALGAR O Povo livre É COLABORAR COM A SOCIAL-DEMOCRACIA

EDIÇÃO N.º 403 do "Povo Livre" | de 14 de abril de 1982

"Situação e perspectivas do Ensino Superior no Algarve".

A Comissão Política Distrital de Faro do PSD promovia uma conferência destinada a debater o Ensino Superior na região algarvia.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO

TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa AM/PSD, aberta a todos os militantes, para reunir **dia 19 de abril (quarta-feira) de 2023, pelas 21H30**, nos Recreios Desportivos da Amadora, sita Av. Santos Matos nº 2 Amadora, com a participação do Presidente do PSD, Dr. Luis Montenegro com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação Política Nacional e Local.

SECÇÕES

ALCOCHETE

Nos termos dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir no próximo **dia 3 de maio (quarta-feira) de 2023, pelas 20H30**, na Sede Concelhia de Alcochete sita na Rua do Paço nº 8 Alcochete com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Informações.

AMARANTE

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoca-se todos os militantes da Secção de Amarante do PSD, para a Eleição dos Órgãos da Secção, a realizar no próximo **dia 13 de maio (sábado) de 2023, entre as 15H00 e as 19H00**, na Sede da Secção, sita no Edifício do Salto (Santa Luzia) Amarante, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas terão de ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do Partido Social Democrata de Cabeceiras de Basto, para reunir, em plenário eleitoral, a realizar no próximo **dia 20 de maio de 2023, pelas 16H00**, na sua Sede, sita no Quinchoso – Cabeceiras de Basto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único – Eleição dos Órgãos da Secção

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas: As listas terão de ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitor. As urnas estarão abertas entre as 16H00 e as 19H00.

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Fafe, para reunir no próximo **dia 21 de abril (sexta-feira) 2023, às 21H00**, na Sala Manoel de Oliveira (Junto ao Teatro Cinema de Fafe), sita na Rua Monsenhor Vieira de Castro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Iniciativa "Construir a Alternativa".

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convocam-se os militantes para participar na Assembleia de Secção do Marco de Canaveses, a reunir no **dia 28 de abril (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Sede Concelhia do PSD, sita no Largo Sacadura Cabral n.º 10, na Cidade de Marco de Canaveses (em frente à Câmara Municipal), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Relatório de contas 2022;
3. Análise da Situação político partidária;
4. Outros Assuntos

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Portimão do PSD para uma Assembleia de Militantes a realizar-se no próximo **dia 29 de abril de 2023 (sábado) pelas 21H00** na Sede do PSD de Portimão, sita Rua do Colégio número 6 em Portimão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Prestação de contas e período de intervenção dos militantes de Portimão sobre o mandato da Comissão Política de Secção cessante;
3. Informação sobre calendário eleitoral para 2023-2025;
4. Outros.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes de Vila Nova de Gaia, para uma reunião ordinária da Assembleia de Secção, **dia 21 de abril (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00** na Sede Concelhia, sita à Rua Francisco Sá Carneiro nº 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e votação do relatório de contas relativa ao exercício de 2022 ao nível da secção, conforme alínea d) do nº 2 do artº 53º dos Estatutos;
2. Informações a serem prestadas pelo Presidente da Comissão Política Concelhia, e pelos demais eleitos do PSD nos diferentes órgãos Locais, Distritais e Nacionais;

II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DE 2023

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Conselho Nacional para uma reunião ordinária, no próximo **dia 26 de abril de 2023, quarta-feira, às 21H00**, no **SANA Malhoa Hotel**, sito na Avenida José Malhoa 8, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 – Informações;

Ponto 2 – Análise da situação política.

3. Análise da situação política quer ao nível local quer a nível Nacional.

De acordo com o preceituado no nº 2 do artº 69º dos Estatutos, se não estiverem presentes militantes que representem pelo menos metade dos seus membros, os trabalhos iniciar-se-ão pelas 21H30.

LOUROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Lourosa, para reunir no próximo **dia 13 de maio (sábado) de 2023, pelas 14H30**, na Casa da Cultura, sita na Avenida Principal, nº 3120, Freguesia de Lourosa, Concelho de Santa Maria da Feira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues, na Sede de Secção, ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A Sede estará aberta para o efeito das 21H00 às 24H00. O ato eleitoral decorrerá entre as 14H00 e as 17H30.

NÚCLEOS

CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo do Centro Histórico do Porto para reunir no próximo **dia 12 de maio (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Sede do PSD Bonfim, sita Av. de Rodrigues de Freitas nº 46 Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações da Comissão Política aos militantes;
2. Análise da situação Política;
3. Outros assuntos.

Conferência da Água

15 ABRIL 16H00

Junta de Freguesia de Algoz e Tunes
(Rua do Alto do Palmeiral, 8368-084 Algoz)

PROGRAMA

16H00 | ABERTURA



Maria da Graça Carvalho
Deputada ao Parlamento Europeu

16H10 | KEY NOTE SPEAKER



Prof. Doutor Carmona Rodrigues

16H40 | DEBATE



Rui Cristina
Deputada à Assembleia da República



João Garcia
Vereador da CM de Silves e Presidente da Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão



Fernando Severino
Ex-Director Regional de Agricultura e Pescas

18H00 | ENCERRAMENTO



Soraia Almeida
Directora do Departamento de Água e Saneamento da InfraMoura



Cristóvão Norte
Presidente do PSD/Algarve

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Oeiras para a reunir o Plenário de Militantes no **dia 27 de abril de 2023, pelas 21:00h**, na Assembleia Municipal de Oeiras na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro nº 17 – 1º, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação do Relatório de Atividades e Balanço da Ação da CPC;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Póvoa de Varzim, para reunir no **dia 21 de abril pelas 21 horas** na sede do PSD/JSD concelhio, sita na Praça do Almada, n.º7 escritório 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise e balanço do congresso distrital;
- 2 – Análise e balanço dos últimos meses de mandato;
- 3 – Análise e discussão da situação política concelhio e nacional;
- 4 – Informações e outros assuntos.



PROGRAMA

 **15 ABRIL (SÁBADO)**
14H30

 **AUDITÓRIO INFANTE D. HENRIQUE - APDL**
AVENIDA DA LIBERDADE
(JUNTO À ENTRADA DA MARINA DE LEIXÕES)
LEÇA DA PALMEIRA, MATOSINHOS

14h30 ABERTURA

Tiago Sá Carneiro, Coordenador da Academia de Formação do PSD Distrital do Porto

14h45 Painel: “Os Desafios da Segurança Interna”

Palestrante: Antonino Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel

Moderadora: Andreia Neto, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Oradores:

Hugo Costeira, Presidente do Observatório de Segurança Interna

Armando Ferreira, Presidente da SINAPOL - Sindicato Nacional da Polícia

César Nogueira, Presidente da APG/GNR - Associação dos Profissionais da Guarda

Paulo Santos, Presidente da ASPP/PSP - Associação Sindical dos Profissionais da Polícia

16h30 ENCERRAMENTO

Bruno Pereira, Presidente da Concelhia do PSD Matosinhos

Sérgio Humberto, Presidente da Distrital do PSD Porto

João Pinho de Almeida, Ex-Secretário de Estado da Administração Interna

Paulo Cunha, Vice-Presidente do PSD

ACREDITAR